

revista
Liberdades

Revista Liberdades

nº 02 - setembro-dezembro de 2009

ISSN 2175-5280



IBCCRIM

BATE-BOLA

(João Paulo Orsini Martinelli entrevista
ANTONIO CARLOS MALHEIROS)

Um humanista. Assim podemos definir, com uma simples palavra, o entrevistado Antonio Carlos Malheiros. Para o magistrado, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, fazer direito é ter contato direto com aqueles que mais precisam de ajuda. Mais do que doutrinar e expor argumentos científicos exatos, o jurista precisa conhecer o mundo que o cerca, para entender a realidade cruel de um país desigual. Talvez, assim, o bom senso prevaleça sobre a rigidez do Estado que ignora os mais necessitados e só lhes dá a devida atenção quando se quer punir. Malheiros é, também, coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde aplica sua experiência de vida no trabalho junto aos jovens em conflito com a lei. Nosso entrevistado é, ainda, professor universitário, lecionando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas Faculdades Integradas Rio Branco e no Centro Universitário Padre Anchieta de Jundiaí. Confira a entrevista concedida a João Paulo Orsini Martinelli, no Fórum Central João Mendes, em São Paulo.

Inicialmente, gostaria que você contasse um pouco da sua formação, desde a graduação, e o que o levou a estudar direito.

ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Eu sou de uma família que, tradicionalmente, seguiu os ramos do Direito. A começar por Aristides Malheiros, que não era formado em direito, mas acabou ocupando (como sua irmã Nair) altos cargos no Judiciário Paulista. Tinha uma cultura jurídica extraordinária. Foi Diretor da Revista dos Tribunais e chefe de gabinete, nos anos 30, do Ministro do Trabalho. Portanto, um homem voltado ao Direito. Depois, meu pai, Lauro Malheiros, também já falecido, Formado pela turma de 1935 do Largo de São Francisco (USP), advogou até 1967, quando, pelo quinto constitucional, inaugurou o Tribunal de Alçada Criminal. Em 1978, tornou-se desembargador. Arnaldo Malheiros, que durante muitos anos foi funcionário bem graduado no Tribunal Regional Eleitoral. Aposentando-se, tornou-se um dos principais advogados na área eleitoral do país. É pai do Arnaldo Malheiros Filho, expoente da advocacia criminal. É pai da Lígia, advogada. Meu irmão, Lauro Malheiros Filho, advogado, da turma de 1963, do Largo de São Francisco. Foi ele quem me ensinou a advogar. É casado com a Fátima, também advogada. Pai do Lauro Neto, advogado, e da Luciana, promotora de justiça, casada com o Vilmar, delegado de polícia. E minha filha Rachel está no último ano de Direito. Isto sem contar com o Prof. Noé Azevedo e Theotônio Negrão (que fazem parte da minha família do coração), com quem convivi desde criança.



Olhando para os mais velhos, resolvi (depois de alguns anos em seminário jesuíta) cursar direito, conseguindo uma das vagas no vestibular de 1969 da USP. Terminei em 1973. Fui advogado por 20 anos. Durante esse tempo participei de diversas comissões na OAB/SP, entre as quais a de Direitos Humanos, da qual fui Vice-Presidente. Fui conselheiro e Diretor da AASP e ainda participo do IASP. Depois, pelo quinto constitucional, juiz do Tribunal de Alçada, em 1994, e, em 2001, tornei-me desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Na carreira acadêmica só comecei tarde a buscar titulação. Leciono desde os anos 70, mas a titulação veio em 2000, na PUC, onde leciono desde 1995. Tornei-me mestre em direito constitucional. Minha dissertação de mestrado, na verdade, é um misto de direito constitucional e família, a área que abracei na minha advocacia. Depois fiz concurso para professor assistente-mestre e agora começo a pensar no meu doutorado para os próximos anos. Atualmente, sou também professor, nas Faculdades Integradas Rio Branco, no Centro Universitário Anchieta, de Jundiaí e na Eduvale de Avaré.

Por qual motivo você deixou, temporariamente, a carreira de advogado para tornar-se magistrado?

ACM - Eu era um advogado bem sucedido. Bem sucedido muito menos financeiramente e muito mais em realização pessoal. Eu sempre gostei muito de advogar. Advocacia para mim foi uma das minhas melhores realizações, uma vocação que me levou, de uma forma mais aprofundada, a ficar incomodado com o sofrimento das pessoas. Com o passar do tempo quis continuar a servir as pessoas na magistratura. É uma experiência que está valendo. É algo de que não me arrependo, apesar de sentir muitas saudades da advocacia. Foi realmente uma questão de querer ver a realidade de um outro lado, por um outro enfoque. Uma nova forma de poder (que para mim significa apenas servir). Como eu posso utilizar o Direito para trazer a felicidade às pessoas? Primeiro foi na advocacia, depois na minha experiência de magistrado. Enfim: sempre tentando, no dia-a-dia, trabalhar com a efetivação dos direitos humanos, sempre.

“Eu percebi que, se nós trabalharmos com as crianças e os adolescentes, teremos um futuro melhor. (...) Aquelas crianças e adolescentes cresceram, tornaram-se líderes do lugar e passaram a exigir do poder público tudo aquilo a que tinham direito.”

Quando e como houve o despertar pelos direitos humanos?

ACM - Na realidade, isso vem desde os 13 anos de idade, quando, para me livrar de um exame de geografia no colégio, fui fazer o levantamento de uma favela na cidade de São Paulo, favela que não existe mais, a favela do Vergueiro. E lá chegando, num domingo pela manhã, eu já tinha um plano. Eu faria um levantamento superficial daquela comunidade, que eu não tinha o menor interesse em conhecer (na verdade, eu só queria escapar do exame de geografia). Lá chegando, comecei a fazer um relatório do que eu via, mas, sem entrar naquele triste “bairro”. No entanto, deparei-me com uma menina de 13 anos de idade, ou seja, com a mesma idade que eu tinha, na época. Esta

menina estava grávida, o que me deixou profundamente impressionado. Acabei conversando com ela. Fui com ela para o meio da favela, para conhecer o barraco onde morava. E eu percebi um sofrimento muito grande das pessoas que ali estavam, um sofrimento muito grande da família dessa menina. Avistei uma senhora muito idosa deitada num colchão de casal imundo, dentro desse barraco. E perguntei a ela se era sua avó. Ela disse que não, disse que era sua mãe e, que, na verdade, não era tão idosa. Ela estava naquele estado porque tinha câncer e a família não tinha condições de cuidar. Perguntei se ela morava sozinha com a mãe, ela disse que morava com a mãe e mais cinco irmãos. Ela acabou me contando que todos dormiam naquele mesmo colchão e que, numa determinada noite, um dos irmãos, que ela não pôde identificar, engravidou-a. Aquilo foi um impacto muito grande para aquele menino de 13 anos de idade, que não conhecia o sofrimento das pessoas, que não conhecia o mundo da miséria, da injustiça. E, a partir dali, nunca mais consegui sair da “grande favela da vida”. Logo quando entrei na faculdade, fui trabalhar numa favela da zona sul, eu e mais 10 colegas de turma. Desenvolvemos, durante 10 anos, um trabalho muito importante. Primeiro, trabalhávamos com as crianças e os adolescentes, um trabalho de reforço escolar, um trabalho de levar idéias de cidadania, para crianças e jovens, que ali estavam. E fazíamos também um trabalho incrivelmente subversivo para aqueles anos difíceis de ditadura militar, que era alfabetizar adultos pelo método Paulo Freire. Foi uma experiência fantástica para mim. Mais tarde percebi que, se nós trabalharmos com as crianças e os adolescentes, teremos um futuro melhor. Aquelas crianças e adolescentes, com os quais trabalhamos naquela época, mais tarde se tornaram líderes comunitários daquele pedaço. Eu voltei lá há uns dois anos, para festejar o Natal e percebi que o local estava bem urbanizado, o esgoto a céu aberto tinha sido coberto, havia um trabalho realmente importante com a Polícia Militar, percebi a possibilidade de existir um trabalho de polícia comunitária, da polícia trabalhando em diversos planos com a população carente daquele local. Aquelas crianças e adolescentes cresceram, tornaram-se líderes do lugar e passaram a exigir do poder público tudo aquilo a que tinham direito. E, com isso, o traficante não chegou no pedaço. Eu estou acostumado a levar alunos para as favelas e, em diversas dessas favelas, em diversos morros, percebo a presença do “estado paralelo”. Já que o Estado oficial não chega na vida das pessoas, o “estado paralelo” leva a essas pessoas carentes tudo aquilo que o Estado oficial e a sociedade civil negam a elas. E depois que o tráfico instala-se numa determinada comunidade, eu vejo como impossível retirá-lo de lá. Mas se nós trabalharmos com as pessoas, antes que esse “estado paralelo” se instale, vejo como possível evitar o domínio do crime organizado no meio dessas pessoas mais empobrecidas. Depois disso, trabalhei por 15 anos com a população carente das ruas de São Paulo, com enfoque principal nas crianças e adolescentes. Percebi que nem todos que estavam nas ruas, estavam por razão de pobreza. Alguns estavam nas ruas por tristeza. Eu conheci um professor húngaro, que falava oito idiomas, que não queria voltar para a família dele no Paraná. Um homem extremamente sofrido, mas nunca soube exatamente o que o levava a permanecer na rua. Conheci também um piloto, antigo comandante da já desaparecida companhia aérea Panamerican, que esta-

va nas ruas porque havia perdido um filho de 5 anos de idade. Após o enterro do filho, não conseguiu mais voltar para casa e permaneceu nas ruas. Conheci adolescentes de classe média até de classe alta, meninos e meninas, que estavam nas ruas porque haviam sido abusadas sexualmente por seus pais, por seus padrastos, sem coragem, para contarem isso às mães, (anote-se que algumas sabiam o que se passavam, mas nada faziam), essas jovens foram embora de casa. Tive, também, um *office boy* que retirei das ruas e levei para trabalhar no meu escritório. Ele era um adolescente de 15 anos de idade, muito maior do que eu, era um trombadão, viciado em cocaína. Consegui submetê-lo a um tratamento com ele no Hospital das Clínicas. Ele parou de fazer uso da cocaína e se tornou um excelente *office boy*. Mas acabei me descuidando dele no escritório. Ele sempre foi leal nos pagamentos, nos depósitos, eu dava dinheiro na mão dele e sempre vinham os comprovantes. Ele estava se recuperando. Eu o abandonei em plena recuperação, sem prestar-lhe a devida atenção. E, de repente, foi embora do escritório com o dinheiro de uma conta. Ele era filho de um engenheiro, filho de uma professora, portanto, menino de classe média, que voltava às ruas. Perguntei aos pais se sabiam onde ele estava. Eles estavam desesperados, porque novamente o filho havia sumido de casa. Acabei por encontrá-lo dois meses depois na Praça da República, conversando com ele, contou-me que teve vontade de voltar a usar drogas e, com aquele dinheiro daquela conta, comprou cocaína. Ele estava muito envergonhado para voltar ao escritório após ter usado aquele dinheiro. Mas, mesmo assim, eu o convidei a voltar. Ele voltou e, para resumir essa história, hoje ele é um administrador hospitalar, casado, pai de três filhos, e desenvolve um trabalho muito bonito pelas ruas da cidade com crianças e adolescentes de rua. Então, vale a pena a gente investir nas pessoas, vale a pena voltar os olhos para as pessoas. E devemos sempre fazer força para jogar no lixo os preconceitos. Costumo dizer que eu sempre entendo ter jogado fora os meus preconceitos mas, na verdade, eu não os joguei. Na verdade, eu escondo os meus preconceitos em “gavetas internas”, algumas mal organizadas. Às vezes abro uma dessas gavetas e mostro que ainda tenho preconceitos. Por que estou dizendo isso? Porque, depois de trabalhar por 15 anos com esses meninos nas ruas, um belo dia eu estava deprimido, estava tomando remédios contra a depressão e não sei se me excedi nesses remédios, não sei se misturei com bebida alcoólica, o fato é que peguei no sono conversando com quinze meninos de rua. E, naquele dia, por coincidência, eu estava sem a equipe que me acompanhava pelas ruas de São Paulo. O trabalho consistia em tentar retirar esses meninos das ruas e tentar devolvê-los ao lar, um trabalho extremamente difícil. Os meninos não queriam voltar para casa por mil motivos. No mais, no geral, suas famílias não os queriam de volta. Então, nós conduzíamos esses meninos, se eles quisessem ir, a determinados abrigos, de portas abertas, de onde poderiam sair quando quisessem. Enfim, nesse dia, estava sem a equipe, sonolento, conversando com 15 adolescentes, todos maiores que eu, acabei pegando no sono em um banco da Praça da Sé. E, nesse dia, tomei uma lição muito grande. Eu acabei dormindo por 20 minutos nesse banco de jardim e, quando acordei, a primeira coisa que imaginei foi que tivesse sido furtado. Certamente eles teriam tirado tudo dos meus bolsos. Envergonhado, eu percebi, me apalpan-

do, que estava com tudo nos bolsos. E a minha segunda vergonha foi quando eu fiquei em pé, já me perguntando onde eles estariam. Percebi que todos tinham deitado em círculo, em torno do banco, para me protegerem. É complicado, a gente trabalha pelos outros, mas, no fundo, existe ainda um preconceito em relação a essas mesmas pessoas. Por fim, eu fui trabalhar como voluntário em hospitais. Eu trabalhava no pavilhão dos queimados no Hospital das Clínicas e, quando a AIDS apareceu no mundo, diante dos olhos assustados das pessoas, nos anos 80, deixei de trabalhar com os queimados e fui trabalhar com aqueles homens – geralmente eram homens naquela época, quase todos homossexuais – e vi que eles estavam completamente abandonados. Naquela época a AIDS matava todos aqueles que estavam adoentados, com muita facilidade, pois as

“É um absurdo (...) a redução da maioria penal. É uma grande desumanidade. Nós nos esquecemos das nossas crianças e dos nossos jovens, nós somos o Estado que não chegou à vida deles há tempo, não chegamos à família deles, famílias desestruturadas pela miséria, e agora queremos punir com o rigor carcerário adolescentes infratores, o que é um verdadeiro absurdo.”

drogas, que hoje temos, naquela época, não existiam. As pessoas morriam muito feias, com manchas por toda pele, geralmente abandonadas pela família tradicional. Um belo dia estava eu com um cantor, que estava morrendo asfixiado por causa de uma pneumonia. Mas ele me pediu para tirar a máscara de oxigênio e que cantasse com ele. Ele era cantor e queria morrer cantando. Eu relutei e disse que colocaria a máscara de novo, pois ele não estava nem conseguindo falar. Quanto mais cantar. Ele insistiu para que eu cantasse com ele, pois tinha o direito de morrer da forma que quis-

sesse. Comecei a cantar com ele e percebi que havia uma mulher chorando à porta da enfermaria, mas que não entrava, permanecia na porta. Eu fui conversar com ela, que me disse que estava vivendo uma grande contradição, pelo fato daquele rapaz, que estava morrendo, ser seu filho. Ela estava em desespero por ver a situação do filho, mas, ao mesmo tempo, não poderia perdô-lo, pois, aos 15 anos, ela o expulsou de casa pelo fato dele ser homossexual. Ela disse que não entraria no quarto. Eu tentava convencê-la a entrar, pois o filho tinha apenas mais alguns minutos de vida, mas ela teimava em não entrar no quarto. Daí passa por nós um rapaz, que vai em direção àquele cantor, senta-se ao lado dele, dá um abraço nele, pega na mão e recomeça, com o doente o canto. Os dois cantavam, quando o doente morre com um sorriso no rosto. Daí percebi o quanto eu era preconceituoso. Meu Deus do céu, isto é uma família e nunca tinha percebido isso antes. Olhei para a porta, para aquela mulher que chorava, mas não entrava no quarto, mãe do rapaz, e disse: isto não é uma família. Foi daí que comecei a desenhar, na minha cabeça, a dissertação de mestrado. Fui um dos primeiros a falar no Brasil sobre a família formada pelo afeto. Minha dissertação veio muito tempo depois, ao falar sobre o afeto e o quanto o legislador era tímido ao definir a família. Fiz uma análise constitucional das famílias, nessa dissertação de mestrado. Fora isso, eu me politizei desde cedo e percebi o quanto o Brasil andava mal das pernas diante da

ditadura militar que o afetava. Isso me incomodava muito, isso me dava muito medo. Mas fazia força para não compactuar com o medo. Conforme me ensinou, um dia, o professor Fábio Konder Comparato, sentir medo é normal, mas compactuar com o ele não é. Ingressei, já formado, na Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, que era realmente um dos braços principais da luta, do então cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, contra a ditadura militar. Ele fundou a Comissão Justiça e Paz em 1972. Eu entrei na Comissão anos depois, mas ainda durante o regime militar, participando, assim, da luta contra a ditadura. Mais tarde eu me tornei presidente da Comissão Justiça e Paz e hoje sou presidente do seu conselho consultivo. E, representando o Poder Judiciário, no Condep, que é o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, da qual sou Vice-Presidente.

Aproveitando aquilo que foi dito no começo, do seu trabalho com crianças e adolescentes, você entende que a solução para a criminalidade não está no rigor das leis e na ampliação da legislação penal, e sim no trabalho social?

ACM - É um absurdo, por exemplo, a redução da maioria penal. Tenho isso como um grande absurdo. Até acredito que vai acabar passando a redução da maioria penal, mas estamos numa grande luta contra esta infâmia, este absurdo. Primeiro, porque é uma grande desumanidade. Nós nos esquecemos das nossas crianças e dos nossos jovens, nós somos o Estado que não chegou à vida deles há tempo. Não chegamos à família deles, famílias desestruturadas pela miséria, e agora queremos punir com o rigor carcerário adolescentes infratores, o que é um verdadeiro absurdo. Se a Fundação Casa, que hoje, na medida do possível, anda bem e vem mostrando melhoras no dia-a-dia, nos cuidados com as adolescentes em conflito com a lei, não consegue, em muitos casos recuperá-los por completo, o que diremos se verificarmos adolescentes em conflito com a lei no sistema carcerário ou semelhante? Então, isso é uma desumanidade, é uma brutalidade, coisa em que pensamos num clima de histeria coletiva, para tentar resolver um problema que não será resolvido dessa maneira. E digo mais, além dessa desumanidade, e vamos imaginar que não fosse uma desumanidade, só para argumentar, digo para você que, além de tudo, é inútil. Nessas minhas idas às favelas eu tenho tido contato com meninos que trabalham no tráfico. E outro dia entrevistei um deles, um menino de 15 anos, já armado com seu “tresoitão”, na cintura. Ele foi muito claro para mim: vocês não chegaram antes e o traficante chegou, o traficante me deu a dignidade que vocês nunca me deram, vocês, Estado, vocês, sociedade civil. Evidentemente, ele disse isso com outras palavras. E eu disse a esse menino que ele não chegaria aos 18 anos de idade, que ele morreria logo. E prontamente me afirmou: tudo bem, eu sei que vou morrer cedo, sei que vou morrer numa briga entre facções ou numa tomada do morro pela polícia, mas, enquanto eu estiver vivendo, vivo com uma dignidade que vocês nunca me deram. Ou seja, eles não têm medo de morrer. Se eles não têm medo de morrer, não é a prisão que vai efetivamente assustá-los. A grande saída é, desde logo, a gente trabalhar com as crianças, com os adolescentes, exigir uma educação pública de boa qualidade, desde os 2, 3 anos de idade. Eu não vejo outra alternativa. E

também há outra coisa. Você rebaixa a idade penal para 16 anos, esse de 15 anos está armado. Se rebaixar para 14, o de 13 está armado. Seguindo, você vai acabar batendo na maternidade. Você vai descendo, descendo. É uma coisa absolutamente estúpida, burra. Eu não vejo que a saída seja a criação de novas leis, de leis duras, de decisões judiciais duras. Eu não vejo dessa maneira. Realmente, a saída é a vinda de políticas sociais sérias, em favor da população carente mais sofrida.

Mudando um pouco o enfoque e falando do condenado. Qual a sua avaliação a respeito do sistema penitenciário no Brasil?

ACM - Já foi pior, mas ainda está muito longe de ser um bom sistema. Para começar, eu não acredito em penas longas, em penas duras, para refazer a vida das pessoas, educando, reeducando, reorganizando e levando o prisioneiro a refletir e a ter um recomeço da vida após o cumprimento da pena. Eu acredito que realmente precisamos ter muitas reformas na área carcerária. Muita coisa ainda precisa ser feita. Repito: eu não acredito que a dureza da pena venha a freiar a criminalidade. Eu não entendo dessa forma.

Outra pergunta relacionada a direitos humanos. Como você enxerga o desempenho da grande mídia, principalmente quando se passa a idéia de que direitos humanos são para “bandidos” e não para “gente de bem”?

ACM - Não é de agora. Hoje a mídia fala menos isso. Já foi muito, mas muito pior. Nos anos 60 a classe apoiou o golpe militar. Depois, viu seus próprios filhos sendo encarcerados. Assim, os militantes de direitos humanos eram vistos como pessoas corajosas que lutavam pela liberdade e por um país melhor. Com o fim da ditadura militar, em 1985, as pessoas começaram a criticar as comissões de direitos humanos como sendo grupos que cuidavam somente de “bandidos”, esquecendo os cidadãos de bem. Isso nunca foi verdade. Todos nós, militantes de direitos humanos, queremos direitos iguais para todos. Não temos e nunca tivemos essa visão de cuidar apenas de um lado. E, na verdade, o que eu digo é o seguinte: as pessoas que cometem infrações, no geral, são pessoas que vivem numa pobreza total, numa miséria total. E acabaram, na delinquência, topando, muitas vezes, com um Estado autoritário. Ninguém está dizendo que o crime não deve ser combatido. Deve ser combatido por uma polícia que siga sempre os caminhos legais. Esta polícia deve ser muito mais valorizada, para que se humanize e se torne autoridade sem ser autoritária. Eu vejo o Estado muitas vezes como um mau pai. Quase sempre ausente na vida da família. Quando chega, vem para castigar.

Sobre a Emenda Constitucional 45, que introduziu o incidente de deslocamento de competência, permitindo a transferência da competência da Justiça estadual para a Justiça federal quando houver um crime contra os direitos humanos, qual a sua opinião?

(Constituição Federal, art. 109, § 5.º: ***Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento***

de competência para a Justiça Federal.)

ACM - Trata-se de uma providência constitucional absolutamente razoável. Entendo que possa ser algo efetivamente útil na concretização dos direitos humanos. No momento em que o Judiciário estadual não concretiza aquilo que podemos ter como direitos humanos, entendo ser válida essa transposição para a órbita do Judiciário federal. Entendo também, que deve ser uma providência de exceção. Tenho para mim que todos nós julgamos direitos humanos. Isso pode virar uma grande confusão judiciária se o incidente

“Todos nós, militantes de direitos humanos, queremos direitos iguais para todos. Não temos e nunca tivemos essa visão de cuidar apenas de um lado. E, na verdade, o que eu digo é o seguinte: as pessoas que cometem infrações, no geral, são pessoas que vivem numa pobreza total, numa miséria total, e que acabam praticando infrações, caindo no crime, e são pessoas que vêem um rigor do Estado absolutamente injusto.”

for usado exageradamente. Não se pode generalizar. Nós todos julgamos direitos humanos. Os juízes criminais fazem isso, qualquer sentença criminal é uma decisão que envolve direitos humanos. Eu decido sobre direito público. Qualquer decisão de minha parte, no fundo, é uma decisão sobre direitos humanos. Posso acertar ou não na minha decisão. Mas o incidente só deve ser para casos absolutamente excepcionais, onde percebemos não só uma atividade judiciária insuficiente, mas quando vemos a desproteção total da pessoa humana. Em alguns casos verificamos que as Justiças estaduais não têm condições de realizar um júri, pois as forças locais não permitem que os jurados decidam com imparcialidade. Então, o deslocamento para a esfera federal poderá trazer justiça para as pessoas. É algo bom, que, na prática, deve ser usado excepcionalmente.

Qual a importância dos institutos científicos, como o IBCCRIM, e dos demais institutos de defesa dos direitos humanos na efetivação da justiça?

ACM - Eu vejo uma importância fundamental. Eu sou até suspeito para falar sobre o IBCCRIM, pois eu fui um dos fundadores do Instituto, estive presente nos seus primeiros momentos. Com alegria eu vejo a presença do Alberto Silva Franco, que é uma pessoa notável, um jurista de renome, uma pessoa excelente, um militante dos direitos humanos, que sempre esteve envolvido com o bem comum, com a prática do bem comum. Eu vejo com alegria esse Instituto, que muito cresceu e hoje tem uma importância nacional e internacional na efetivação dos direitos humanos. E todas as outras organizações, que cuidam dos direitos humanos, aquelas que perduraram, que conseguiram permanecer, são muito importantes, como a Comissão Justiça e Paz, o primeiro grupo de defesa dos direitos humanos no Brasil. Também faço referência ao Centro Santo Dias, ao próprio IBDFam, o Instituto Brasileiro do Direito de Família, que também viabiliza os direitos humanos, estudando a família e as famílias, de uma maneira bastante aberta, o que vem para trazer a felicidade para as pessoas.

Gostaria que você indicasse sugestões de obras que são úteis na compreensão dos direitos humanos.

ACM - Primeiramente, todas as obras da Flávia Piovesan. São obras fundamentais para quem quer conhecer direitos humanos. O livro do Comparato, “Afirmção Histórica dos Direitos Humanos”, ler tudo o que Bobbio escreveu também é muito importante. Enfim, essas são algumas obras que considero fundamentais.

Por fim, qual a sua mensagem aos leitores da revista *Liberdades* e aos associados do IBCCRIM? Fique à vontade para dizer suas últimas palavras.

ACM - Digo que vale a pena estarmos juntos com o IBCCRIM na luta pelos direitos humanos. É um dos institutos nos quais percebemos uma grande abertura para o conhecimento jurídico, mas que ultrapassa em muito o jurídico, levando o profissional do direito, à uma melhor postura no Direito Penal. Uma postura efetivamente arrojada, que vem a ser a própria concretização dos direitos. Fundamentais estar atento ao que se escreve no IBCCRIM, estar atento ao que se discute no IBCCRIM, estar atento aos debates do IBCCRIM, é crescer, não apenas como estudiosos das ciências penais, mas é crescer também humanitariamente.

* * *